

“GEOGRAFIAS E POLÍTICAS”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

“GEOGRAPHIES AND POLICIES”: SOME CONSIDERATIONS

“GEOGRAFÍAS Y POLÍTICAS”: ALGUNAS CONSIDERACION

ADAUTO DE OLIVEIRA SOUZA¹

Resumo: Guiado no sentido de contribuir com o debate acerca dos movimentos da relação dialética entre Estado, mercado, sociedade e processo de produção espacial, neste trabalho apresentamos algumas reflexões acerca da definição de política pública; o Estado e a maneira de estabelecimento de suas políticas e, por fim, mas não menos importante, uma sucinta consideração de como temos analisado tais políticas. Partilhamos do ponto de vista teórico-metodológico o qual aponta a necessidade de utilizarmos uma abordagem integrada para a análise das políticas públicas. Argumentamos que a política do Estado é a resultante das contradições interestatais entre setores e aparelhos de Estado e no interior de cada um deles. Assim, o Estado se comporta como centro de institucionalização e decisões, reconduzindo as relações sociais, garantindo desse modo, a sua própria recondução. Isso significa dizer que, em todas as suas ações, haverá uma tensão permanente entre os interesses do capital hegemônico, os interesses das frações secundárias do capital, entre as necessidades de integração e as exigências contraditórias decorrentes do caráter de classe da sociedade capitalista. Citamos como exemplo, o Programa “Territórios da Cidadania” no interior do qual é possível afirmarmos que a efetiva participação popular na elaboração e implantação das políticas públicas legitima o processo e pode articular um processo de desenvolvimento territorial, conforme proposto no mencionado Programa. Fortalece, além disso, o protagonismo político dos indivíduos na construção e na transformação do espaço vivido. O Estado, nesse sentido, tem papel de facilitador, por isso, é instrumento indispensável à emancipação social. Nesse contexto, a luta dos movimentos populares e, como desdobramento, o acesso às políticas públicas representa a busca pela cidadania, como no caso programático exemplificado.

Palavras-chave: Políticas públicas, mercado e sociedade.

Abstract: Guided to contribute to the debate about the dialectical relationship of movement between state, market, society and space production process, in this text we will present some reflections about the definitions of public policy; the state and the way of setting policies and, last but not least, a brief account of how we have examined these policies. We share the theoretical and methodological point of view which points out the need of using an integrated approach to analyse public policies. We argue that state policy is the result of interstate contradictions between sectors and state apparatus and within each of them. This

¹Professor associado da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Lotado na Faculdade de Ciências Humanas.

way, the state behaves as a center of institutionalization and decisions, bringing back social relationships, ensuring thereby their own renewal. This means that in all his actions, there will be a permanent tension between the interests of the hegemonic capital, the interests of the secondary capital fractions, between integration needs and the contradictory requirements of the class character of capitalist society. We use as an example, the program “Territorios de Ciudadanía” within which it is possible to assert that effective popular participation in the elaboration and implementation of public policies legitimizes the process and can articulate a territorial development process, as proposed in the aforementioned program. It strengthens, more over, the policy role of individuals in the construction and transformation of living space. The state, in this way, has a facilitating role, so it is an indispensable instrument of social emancipation. In this context, the struggle of popular movements and, as a consequence, the access to public policies represents the pursuit for citizenship, the same as the programmatic case which is exemplified.

Key Words: Public policy, market and society.

Resumen - Guiada en el sentido de contribuir al debate sobre la relación dialéctica del movimiento entre el Estado, el mercado, la sociedad y el proceso de producción del espacio, en este trabajo presentamos algunas reflexiones sobre las políticas públicas; el Estado y la forma de establecer sus políticas, por último pero no menos importante, una breve reseña de cómo hemos examinado estas políticas. Compartimos el punto teórico y metodológico de vista que señala la necesidad de utilizar un enfoque integrado para el análisis de las políticas públicas. Compartimos que la política del Estado es el resultado de contradicciones interestatales entre sectores y aparato del Estado dentro de cada uno de ellos. Por lo tanto, el Estado se comporta como un centro de institucionalización y decisiones, trayendo de vuelta las relaciones sociales, asegurando así su propia renovación. Esto significa que en todas sus acciones, habrá una tensión permanente entre los intereses de la capital hegemónico, los intereses de las fracciones de capital secundarias, entre las necesidades de integración y los requisitos contradictorios del carácter de clase de la sociedad capitalista. Citamos como ejemplo, el programa “Territorios de Ciudadanía” dentro del cual es posible afirmar que la participación popular efectiva en la elaboración e implementación de políticas públicas legitima el proceso y puede articular un proceso de desarrollo territorial, como se propone en el programa antes mencionado. Fortalece por otra parte, el papel de la política de los individuos en la construcción y transformación del espacio vital. El Estado, en este sentido, está facilitando el papel, siendo el instrumento indispensable de la emancipación social. En este contexto, la lucha de los movimientos populares, así como el desarrollo y el acceso a las políticas públicas es la búsqueda de la ciudadanía, como en el caso programática ejemplificado.

Palabras clave: política pública, mercado y sociedad.

INTRODUÇÃO

A proposta de discussão enfocando elementos temáticos relativos à “Geografias e Políticas” reveste-se de significativa importância na medida em que a construção dessa análise, as concepções e ações do Estado sobre o espaço, pelo viés do planejamento – nas suas diferentes formas – as políticas públicas, a gestão e ordenamento territorial, assim como as aproximações e/ou contradições entre Estado, Mercado e Sociedade concernentes as teorias e práticas territoriais são marcadas pela relação dialética entre dinâmicas políticas, econômico-produtivas, culturais e físico-geográficas. Analisados conjunta ou separadamente, os movimentos dessa dialética permitem-nos compreender tanto as formações sócio-políticas regionais (da escala da cidade, da “Grande Dourados” às escalas sul-americana e global), como as formações econômicas. Portanto, são instrumentos imprescindíveis para a análise geográfica porque contribuem para a compreensão do processo de produção espacial.

Indubitavelmente se há alguma especificidade da ciência geográfica relativa às políticas públicas, ela está na dimensão espacial que permeia a temática, fazendo pensar em questões como a distribuição espacial dos programas, planos e projetos e no combate as desigualdades regionais de desenvolvimento² e integração. Assim, permeiam discussões sob diversas perspectivas: ações teóricas (diretrizes, normas de uso do território, saberes e linguagens), ações práticas (os sujeitos, as materialidades, os investimentos diretos e indiretos) e as interações espaciais decorrentes dessa atuação do Estado. Enfim, os conteúdos, os instrumentos, os sentidos e as modalidades de atuação do Estado.

Refletindo acerca dessa questão, MELLO-THÉRY (2009, p.17) argumenta que as contribuições geográficas para a problemática atual das políticas públicas apontam primeiramente para o reconhecimento de que a política pública promove transformações no território, para, em seguida explicitar uma crítica incisiva ao Estado enquanto representante de segmentos poderosos, de interesses escusos. Na sua visão, um Estado que não se preocupa com suas populações mais vulneráveis e que suas ações beneficiam, sempre, o poder econômico e político.

As políticas públicas são propostas, implementadas e avaliadas em um campo de disputas políticas e econômicas que, historicamente, marcam a produção do espaço, através da organização/dinâmica da sociedade. Em geral, são demarcadas com maior intensidade pelas forças hegemônicas que representam maior poder de pressão sobre o Estado. Evidentemente que as classes hegemônicas também participam desse processo de produção espacial e, ademais, estão presentes na formulação das políticas.

Com esse pressuposto, pretendemos neste texto apresentar algumas reflexões, sobre definição de política pública; o Estado e a maneira de estabelecimento de suas políticas?

² Para Castells (1975, p.192): “o desenvolvimento desigual das forças produtivas, pela primazia dos interesses do capital, conduz a contradições entre a mobilidade do capital e a mobilidade da força de trabalho, que se compreendem, empiricamente, sob o tema dos desequilíbrios regionais.” Faz-se oportuno afirmar que a concentração espacial das atividades econômicas é, nos termos, igualmente, apontados por Smith (1988, p.217), um processo próprio e uma necessidade central do sistema capitalista de produção.

E como temos analisado tais políticas? Dispensável ressaltar que não pretendemos, com tais reflexões apresentar alguma “receita”, tão somente, fomos guiados no sentido de contribuir com o debate.

POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTADO, SOCIEDADE E MERCADO: CONTEXTUALIZANDO

De partida, iniciamos argumentando que do ponto de vista teórico-metodológico há necessidade de utilizarmos uma abordagem integrada para a análise das políticas públicas.³ Tal opção decorre da exigência de analisarmos a totalidade dos aspectos, das diretrizes e sujeitos que planejam, decidem, executam, avaliam ou são beneficiados e/ou excluídos de políticas implementadas.

A referida proposta decorre do modo de concebermos – historicamente – e conceituarmos as políticas públicas. Ao discutir o mencionado conceito, Di Giovanni (2009) nos diz que o mesmo extrapola a idéia de que uma política pública se constitui unicamente uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática.

Aqui um conceito importante, para os nossos objetivos: intervenção governamental. Segundo Francisco de Oliveira (1998) não é um termo apropriado para compreender a nova relação entre o Estado e a economia capitalista contemporânea. Para ele, trata-se de um pseudoconceito que funciona como uma panacéia. À sua simples enunciação, tudo parece revelar-se, e um processo dos mais complexos é submetido a um reducionismo empobrecedor que, de resto, explicita seu pressuposto ideológico. Pois postula, de imediato, um estatuto de exterioridade entre o Estado e a economia. A proposição de exterioridade funciona no sentido de atribuir ao Estado intencionalidade e finalidade econômicas próprias (uma formulação estranha à própria doutrina liberal).

Com esse pressuposto, o termo “intervenção” nos induz a pensar numa intervenção de fora para dentro, escamoteando o lugar estrutural e insubstituível dos fundos públicos na articulação e expansão econômica.

Nesse sentido, para a crítica neoliberal significa que o Estado transforma-se num agente econômico com idêntica racionalidade dos agentes privados, e conseqüentemente a diferença qualitativa da “intervenção” perde todo o sentido e eficácia. Nesse contexto, Oliveira (1998) nos indaga: de que serviria uma “intervenção” de um agente igual aos outros?

O processo real que se dá não é uma “intervenção”, posto que não que não é tópico nem casual. Trata-se de uma extrapolação dos espaços privados ou, dizendo de outro modo, da insuficiência da esfera privada para tramitar e processar novas relações sociais que, por essa

³Di Giovanni (2009, p.19) propõe quatro diferentes ângulos para analisarmos as políticas públicas: 1 - estrutura formal, composta pela “teoria”, práticas e resultados; 2 - estrutura substantiva, composta pelos sujeitos, interesses e regras; 3 - estrutura material, expressa nos financiamentos, suportes, custos; e, 4 - estrutura simbólica, composta pelos elementos: valores, saberes e linguagens. Enfatiza o mencionado autor – com o qual concordamos – que é fundamental considerar que a análise das políticas, por intermédio desta proposta, não se faz apenas por justaposição das informações relativas a cada uma das estruturas, mas principalmente pelas relações de mútuas interferências que se processam entre elas.

razão, vê-se metamorfoseada em esfera pública. A dialética do processo resulta em que ele é urdido para assegurar os interesses privados, mas só o pode fazer, somente se torna eficaz, se eles se transformam em interesses gerais, públicos. (Oliveira, 1998, p.50)

É em função desse processo que a “intervenção” governamental através do planejamento recorre discursivamente aos “objetivos nacionais” para justificar suas ações: alocação calculada de recursos. Constatamos tal fato (Souza, 2003), por exemplo, por ocasião das ações do planejamento nacional, implementadas no Brasil – os planos nacionais de desenvolvimento – fundamentados na teoria dos pólos de desenvolvimento e que naquele momento eram importantes para os interesses do capital monopolista. Portanto, o planejamento como fator importante para o desenvolvimento do capitalismo, um elemento de direcionamento da sociedade e de supervisão das decisões macro-econômicas.⁴

Feita essa consideração, retornemos para a questão da concepção de política pública. Mais uma vez, recorremos a Di Giovanni (2009), o qual nos diz: “penso a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade.”⁵

Aqui, acrescentaríamos o Mercado. Portanto, desta interação se estabelecem as políticas públicas: quais setores, espaços e gentes que serão beneficiados (ou não) com os recursos públicos.

Analisando essa questão, Poulantzas (2000, p.130), no diz que o Estado é a condensação *material e específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classe. Textualmente:

(...) o Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas (...), como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tais como elas se expressam, de maneira sempre específica, no seio do Estado.

Tal compreensão significa que o Estado é constituído de lado a lado pelas contradições de classe. Assim, o Estado, destinado a reproduzir as divisões de classe, não é, não pode ser jamais, um bloco sem fissuras, cuja política se instaura de qualquer maneira e despeito de suas contradições, mas é ele próprio dividido. Nessa linha de raciocínio, o mencionado autor, apropriadamente, argumenta que: “O estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como a resultante das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado (o Estado-relação).” (Poulantzas, 2000, p.134)

⁴A partir do final da primeira metade dos anos sessenta (1964-70), o Estado foi levado a interferir praticamente em todos os setores da economia brasileira. Analisando esse processo, Dreifuss (1981, p.7) afirma que: “De fato, o planejamento indicativo e alocativo, ou a racionalização empresarial dos recursos humanos e materiais do País (onde a nação seria o objeto, o Estado seria o agente e o bloco multinacional-associado, o sujeito “elíptico” ou oculto), seria um dos pilares do regime pós-64, quando o planejamento tornar-se-ia uma dimensão da “racionalização dos interesses das classes dominantes e a expressão de tais interesses como “Objetivos Nacionais.” O referido autor nos diz que tal prática era necessária ao capitalismo monopolista, por servir a dois propósitos imediatos: primeiramente, selecionar temas, tópicos e diretrizes; em segundo lugar, determinar o acesso de frações ou setores nos centros burocráticos de tomada de decisão.

⁵E segue: “Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal.” (Di Giovanni, 2009, p.5)

Desse modo, as contradições de classe constituem o Estado, presentes na sua ossatura material/institucional, e constituem sua organização: a política do Estado é o efeito de seu funcionamento (das contradições) no seio do Estado

Por exemplo, a atual política de financiamento agrícola brasileira. Constatamos que o montante de recursos destinados à agricultura para a safra 2012/2013 foi distribuído da seguinte maneira.⁶ O Plano Agrícola e Pecuário, voltado para a agricultura empresarial, destinou R\$ 115,25 bilhões para custeio e investimentos, volume 7,5% superior ao da safra anterior. Por sua vez, o Plano Safra da Agricultura Familiar disponibilizou R\$ 22,3 bilhões para crédito rural, assistência técnica, seguros e apoio à comercialização.⁷

Tais dados nos permitem inferir que se trata de uma política agropecuária que demonstra que a agricultura empresarial e a familiar ocupam lugares diferentes na configuração das relações de forças. Para cada setor prioridades e contraprioridades contraditórias entre si e um conjunto de medidas pontuais, conflituais e compensatórias face aos seus problemas específicos.

Dessa maneira, podemos – ainda que sucintamente – afirmar que a política do Estado é a resultante das contradições interestatais entre setores e aparelhos de Estado e no interior de cada um deles.

Nesse contexto, compreender o Estado como condensação material de uma relação de forças, implica entendê-lo como *um campo e um processo estratégico*, onde se entrecruzam núcleos de poder que simultaneamente se articulam e apresentam contradições uns em relação aos outros. Procedem daí táticas movediças e contraditórias, cuja materialização institucional se corporificam nos órgãos estatais.⁸ Esse campo estratégico é transpassado por táticas que se entrecruzam, se combatem, encontram pontos de impacto em determinados órgãos, provocam curto-circuito em outros e configuram o que se denomina “a política do Estado”, diretriz de força geral que atravessa as tensões e os confrontos no seio do próprio Estado.

Assim, o Estado se comporta como centro de institucionalização e decisões, reconduzindo as relações sociais, garantindo desse modo, a sua própria recondução.

⁶BRASIL. Presidente. Dilma Roussef, Mensagem ao Congresso Nacional, 2013.

⁷Embora, a agricultura familiar envolvendo 4,5 milhões de propriedades, produzindo 56,8% do valor total produzido pela agropecuária, mantendo 86,6% empregos no campo (PAULINO, 2010, p. 117 apud Carvalho 2003, p.136) e 70% dos alimentos da cesta básica. Sem mencionar “os perdões e renegociações que pecuaristas, sojicultores, canavieiros empreenderam, ao longo de todos esses anos” (THOMAZ JR, 2010, p. 209 apud Carvalho 2003, p.136). PAULINO, E. T. Por uma Geografia dos Camponeses. São Paulo: UNESP, 2006, p.273/428 e THOMAZ JR, A. “Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos” In: THOMAZ JR, A. & FRANÇA JR, L. B. (Orgs.). Geografia e trabalho no século XXI. Presidente Prudente: Centelha, 2010, p.176/215.

⁸Por exemplo, a criação/materialização institucional da Secretaria de Produção e Desenvolvimento Sustentável em Mato Grosso do Sul, na estrutura político-administrativa criada pelo governador Wilson Barbosa (PMDB), primeiro governador eleito (1982), pós redemocratização do País. Evidencia-se, institucionalmente uma contradição entre os interesses de “produzir” e de “conservar o meio ambiente”, notadamente, a questão da instalação das usinas de açúcar e álcool no Pantanal.

Castells (1975, p.154/5), investigando o conjunto de mecanismos de produção do espaço industrial do capital monopolista, afirma que o Estado tem um papel duplamente fundamental nesse processo, visto que:

- a) Assegura em primeiro lugar a realização dos interesses da fração hegemônica de capital na base do conjunto da economia, (...);
- b) (...) ademais, o Estado representa os interesses gerais e a longo prazo o conjunto das classes dominantes e deve, também, ter em conta as pressões das classes dominadas com o fim de velar pelo equilíbrio político e ideológico da formação social que administra.

Isso significa dizer que, em todas as suas ações, haverá uma tensão permanente entre os interesses do capital hegemônico, os interesses das frações secundárias do capital, entre as necessidades de integração e as exigências contraditórias decorrentes do caráter de classe da sociedade capitalista.

É a partir desta dupla função do aparato estatal que se pode compreender o que Castells (1975, p.192) denomina *a lógica social da política de ordenação do território*. É, também a partir desse pressuposto que buscamos compreender a lógica subjacente à definição das atuais políticas públicas de desenvolvimento, implementadas no Brasil e particularmente em Mato Grosso do Sul.

Temos observado nos dias que correm – notadamente nos governos Lula e Dilma Rousseff – que a atuação dos movimentos populares tem produzido novos cenários no espaço brasileiro, sobretudo, através da implantação de políticas públicas resultantes da pressão sobre o Estado e do enfrentamento às classes dominantes. Citamos como exemplo, o Programa “Territórios da Cidadania”⁹.

A política expressa neste Programa tem contemplado os interesses dos agricultores familiares que, historicamente, mantiveram-se alheios à ação estatal e oprimidos pelas relações de mercado (trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas). Nesse sentido, o mencionado Programa tem oportunizado melhores condições de vida para uma parcela da população rural e aproximando-a da conquista da cidadania, através da inclusão e integração produtiva. Entretanto, as ações estatais ainda são parciais, não se comprometem com transformações profundas que superem as desigualdades da sociedade. Ademais, como já mencionamos, mantêm, de forma prioritária, benefícios aos setores economicamente hegemônicos.

Apesar de, estruturalmente, não alterarem as condições injustas vivenciadas, entretanto, num plano imediato, são positivas e potencializam melhorias que determinam a per-

⁹Este Programa criado pelo Governo Federal, em 2008, tem por objetivo oficial promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla: “I - integração de políticas públicas com base no planejamento territorial; II - ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios; III - ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania; IV - inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais; V - valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações.” BRASIL, 2008.

manência ou não do camponês no seu lugar. Assim sendo, as políticas públicas apresentam contradições, mesmo quando, aparentemente, beneficiam uma classe, tendo em vista que elas são um instrumento privilegiado de mediação de interesses em uma sociedade dividida, cujos objetivos e necessidades são marcadamente conflitantes

De qualquer modo, é possível afirmarmos que a efetiva participação popular na elaboração, criação e implantação das políticas públicas legitima o processo e pode articular um processo de desenvolvimento territorial, conforme proposto no “Territórios da Cidadania.” Fortalece, além disso, o protagonismo político dos indivíduos na formação, na construção e na transformação do espaço vivido. O Estado, nesse sentido, tem papel de facilitador, por isso, é instrumento indispensável à emancipação social.

Em decorrência, os movimentos populares além da reivindicação de políticas públicas adequadas à realidade dos trabalhadores igualmente têm exigido mais possibilidades efetivas de participação na gestão pública. No bojo desse processo, os movimentos populares, hoje, no Brasil, são os principais responsáveis pelo enfrentamento às forças hegemônicas do capital, do agronegócio e do latifúndio, criando um campo de disputas em relação à atuação do Estado. Eles “provocam” o Estado a elaborar medidas, ao menos mediadoras que pacifiquem a sua insatisfação.

Estudando essa questão, Lefebvre (1976, p.2), professa que o Estado:

(...) Preserva as condições de um equilíbrio precário, sempre ameaçado, sempre reestabelecido. Por aproximações sucessivas, engendrando com esse objetivo instituições novas (...), o Estado mantém mais ou menos as proporcionalidades entre os setores da economia capitalista e cuida da repartição espacial das forças de trabalho.

Portanto, é através da conquista da atenção estatal às classes populares que os movimentos têm demonstrado, com maior ênfase, o poder da força coletiva e alcançado êxitos em suas reivindicações, mesmo que parciais e pontuais. Desse modo, fortalecem, assim, os movimentos e justificam a sua luta. Nesse contexto, a luta dos movimentos populares e, como desdobramento, o acesso às políticas públicas representa a busca pela “cidadania”, como no caso programático exemplificado.

Trata-se do protagonismo de sujeitos hegemonzados que nas últimas décadas – sobretudo após o governo Lula (2003-2010) - “entraram” na disputa política a partir de novos usos do território.

Enfim, conforme indicam diversos autores, o processo de expansão capitalista, seja em escala nacional seja em escala internacional, teve na ativa presença governamental um instrumento de proteção e incentivo à acumulação.

Lefebvre (1976, p.2), referindo-se à relação Estado/economia relata que “essa conexão dominou a economia e a história política dos grandes países ditos industrializados.”

Por sua vez, Oliveira (1998, p.20/1) acrescenta:

A formação do sistema capitalista é impensável sem a utilização dos recursos públicos, que em certos casos funcionaram quase como uma “acumulação primitiva” desde o casamento dos tesouros reais ou imperiais com banqueiros e mercadores na expansão colonial até a despossessão das terras dos índios para cedê-las às grandes ferrovias particulares nos Estados Unidos, (...). Contra esse caráter pontual, que dependia ocasionalmente da força e da pressão de grupos específicos, o financiamento público contemporâneo tornou-se abrangente, estável e marcado por regras assentidas pelos principais grupos sociais e políticos.

Ainda segundo este autor, a descrição das diversas formas de financiamento para a acumulação de capital seria muito mais longa:

(...) inclui desde os recursos para a ciência e tecnologia, passa pelos diversos subsídios para a produção, sustentando a competitividade das exportações, vai através dos juros subsidiados para setores de ponta, toma em muitos países a forma de vastos e poderosos setores estatais produtivos, cristaliza-se numa ampla militarização (as indústrias e os gastos em armamentos), sustenta a agricultura (...), e o mercado financeiro e de capitais através de bancos e/ou fundos estatais (...), intervém na circulação monetária de excedentes pelo open market, mantém a valorização dos capitais pela via da dívida pública etc. (Oliveira, 1998, p.20)

Sobre essa temática, Kurz (1998) assinala que, assim como os dois princípios de uma bateria elétrica não se excluem apenas, mas também se condicionam reciprocamente e são, em decorrência, complementares, igualmente ocorre com as posições antípodas da modernização. Dessa maneira, o mercado e o Estado expressam dois princípios de um mesmo campo histórico da modernidade e que não poderão, por sua natureza, existir unicamente para si enquanto existir o campo histórico que os constitui na sua oposição. Em suas palavras:

Esse campo histórico, considerado na sua totalidade, é o moderno sistema produtor de mercadoria, a forma da mercadoria totalizada, a transformação incessante do trabalho abstrato em dinheiro e, com isso, na forma de um processo, a “valorização” ou economicização abstrata do mundo. (Kurz, 1998, p.93)

Portanto, sempre devem existir os dois princípios: do mercado e do Estado (assim como do trabalho e do capital, do capitalismo e do socialismo, do dinheiro e do poder, a economia e a política etc), independente de qual seja a roupagem histórica e que peso distinto esses princípios tenham em cada caso.

Segue o mesmo autor:

Trata-se, aqui, da contradição interna do próprio sistema moderno de produção de mercadorias, que se reproduz em níveis cada vez mais elevados: quanto mais total for o mercado, tanto mais total será o Estado; quanto maior a economia de mercadorias e de dinheiro, tanto maiores serão os custos anteriores, os custos secundários e os custos subsequentes do sistema e tanto maior serão também a atividade e a demanda financeira do Estado. (Kurz, 1998, p.102)

Nessa mesma linha de raciocínio, ao refletir acerca do processo de expansão das atividades estatais também nas economias ocidentais - apesar das ideologias oficiais opostas -

Kurz (1998) evidencia cinco áreas da atividade do Estado: o jurídico, os problemas sociais e ecológicos, as infraestruturas, o surgimento direto do Estado como empresário produtor de mercadorias e, por último, a política de subsídios e o protecionismo. Em suas palavras:

(...) quanto mais a economia de mercado se expandiu estruturalmente, abrangendo toda a reprodução social e tornando-se o modo de vida universal, tanto mais a atividade do Estado precisava ser expandida. Estamos, portanto, diante de uma relação iniludivelmente recíproca. (Kurz, 1998, p.95/6)

E complementa: “Em todos os países, a quota do Estado equivale hoje, em média, a cerca de 50% do produto social bruto e, em todo o mundo, mais da metade da população depende direta ou indiretamente da economia estatal.” (Kurz, 1998, p.102)

Portanto, a expansão das atividades estatais são decorrentes do próprio processo da economia de mercado. O Estado penetra em todos os poros da sociedade e da economia, produzindo interações espaciais.

PARA NÃO CONCLUIR

Procuramos demonstrar no percurso deste texto que a ciência geográfica tem contribuições a dar, nesse campo teórico-prático com o resgate e a precisão de conceitos centrais – não somente para a Geografia - como, por exemplo, o de Estado (e seu papel), de políticas públicas, de território e dos seus sujeitos.

Como argumenta um importante economista brasileiro, não é preciso ser um sofisticado cientista social para compreender que, sem um Estado constitucionalmente organizado capaz de garantir a propriedade privada (que permite ao capital se apropriar dos lucros) e o cumprimento dos contratos (sem o qual o mercado não pode existir), o capitalismo é impossível. (Delfim Netto, 07.11.2008)

Historicamente, todavia, a relação entre o Estado e Mercado (empresários) sempre foi muito ambígua: quando as coisas vão bem, eles querem vê-lo longe; quando vão mal, apelam para que ele os salve. (Delfim Neto, 07.11.2008). Vide a atuação do Estado frente a crise financeira mundial de 2008.

Assim sendo, os movimentos populares – sobretudo no Brasil, mais recente - têm buscado, na realização das políticas públicas e no acesso a uma vida mais digna, condições básicas de resistirem, sobreviverem e continuarem manifestando-se. Parece-nos que a título de exemplo, o Programa “Territórios da Cidadania” dá suporte à essa argumentação. Agricultores e agricultoras familiares estabelecem um campo de conflito necessário para que os seus problemas sejam discutidos e as experiências positivas socializadas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008**. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Brasília : Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 25.02.2008.
- BRASIL. Presidente. **Dilma Rousef – Mensagem ao Congresso Nacional 2013**. Brasília: Presidência da República, 2013.
- CASTELLS, M. “Espacio industrial y ordenación del territorio: la formación del complejo industrial-portuario de Dunkerque” In : _____ . **Sociologie de l’espace industriel**. Paris : Anthropos, 1975, p. 152 -211.
- CATAIA, M. “Território político: fundamento e fundação do Estado” In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 23 (1): 115-125, abr. 2011.
- DELFIN NETTO, A. “A crise é a normalidade” In: **Carta Capital**. Nº521, 07.11.2008.
- DI GIOVANNI, G. “As estruturas elementares das políticas públicas” In: Caderno de Pesquisa, nº 82. Campinas : NEPP, Unicamp, 2009, 32p.
- DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis : Vozes, 1981.
- KOSMINKY, E.T. & ANDRADE, M. M. “O Estado e as classes sociais” In: MARTINS, J. S. (Org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo : Hucitec, 1996, p.51-70.
- KURZ, R. **Os últimos combates**. 4.ed. Petrópolis : Vozes, 1998.
- MELLO-THÉRY, N. A. “Política (e ação) pública, território e o papel da Geografia” In: Revista da ANPEGE, v.7. n.1; número especial, out. 2011, p.11-19
- LEFEBVRE, H. “Estado do crescimento. Crescimento do Estado” Trad. Andrade, M. M In: _____. **De l’État, tome I**. Paris : UGE, Col. 10-18, 1976, (mimeo), p.1-4.
- OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor**. Petrópolis (RJ) : Vozes, 1998.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4.ed. São Paulo : Paz e Terra, 2000.
- SERPA, A. “Políticas públicas e o papel da Geografia” In: Revista da ANPEGE, v.7, n.1, número especial, out. 2011, p.37-47
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, A. O. **A implantação de pólos industriais como estratégia de desenvolvimento regional e sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul**. São Paulo ; USP, Tese (Doutorado em Geografia), 2003.